

VICTOR VALLA

FATORES RELACIONADOS COM A DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁ-
RIA NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA.

Separata dos Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores
Universitários de História (Aracaju-Setembro de 1975).

SÃO PAULO — BRASIL
1976

FATORES RELACIONADOS COM A DISTRIBUIÇÃO FUNDIÁRIA NA REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA (*).

VICTOR V. VALLA

do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

1. — INTRODUÇÃO.

O cacau é o quarto produto agrícola em importância no contexto da exportação brasileira. Do total do cacau produzido no Brasil, mais de 97% tem sua origem no Estado da Bahia. Durante a última década, mais de 85% da produção de cacau do Estado da Bahia saiu da Micro Região Cacaueira da Bahia (Litoral Sul).

Composta de 28 municípios, essa região no sul da Bahia representa atualmente 22,28% do valor da produção agrícola e de 30 a 35% da área cultivada do Estado da Bahia. Possui uma superfície de 17.091 Km², com uma população estimada em cerca de 650.000 habitantes. No início do século essa região contribuiu para que o Brasil fosse o primeiro produtor de cacau do mundo. Atualmente, a Região Cacaueira, mantém praticamente sozinha o Brasil como o terceiro produtor de cacau no cenário mundial (1).

Se, por um lado, os dados acima mencionados revelam com clareza a posição que essa região baiana ocupa no cultivo de um dos produtos importantes no esquema de exportação do Brasil, a distribuição fundiária, por sua vez, apresenta uma situação mais complexa de interpretar.

(*) . — Comunicação apresentada na 2ª Sessão de Estudos, Equipe C, no dia 5 de setembro de 1975 (*Nota da Redação*).

(1) . — Embora o cacau seja cultivado em várias regiões do Brasil, para os fins do presente estudo a Mic o Região Cacaueira da Bahia será denominada como a "Região Cacaueira".

A História começa no presente com a localização dos problemas que mais preocupam as pessoas de um determinado país ou região. O presente, ou seja, nesse caso, o quadro apresentado acima, será analisado à luz do passado a fim de entender melhor o presente e prever com uma relativa clareza a tendência do futuro. O estudo histórico em questão visa a análise dos fatores que direta ou indiretamente contribuíram, contribuem ou que deveriam contribuir para a distribuição fundiária da lavoura cacaueteira da Bahia.

* *

*

2. — A ESTAGNAÇÃO PROLONGADA DA REGIÃO CACAUEIRA.

A região sul da Bahia, desde sua colonização até os meados do século XIX, testemunhava uma estagnação econômica quase total. Com poucas exceções, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, apenas o litoral dessa região foi ocupado por colônias humanas, e mesmo assim, vivendo praticamente de uma economia extrativa. A incapacidade da Região Cacaueira de se incorporar no ciclo de açúcar na forma que foi realizada na área de Salvador, implicava na sua desintegração no sistema produtivo colonial (2).

Ameaçados constantemente pelos aimorés, as populações litorâneas na região da cidade de Ilheus, desenvolveram uma pequeníssima agricultura de subsistência, sobrevivendo, de grande modo, dos mariscos dos mangues e do peixe dos rios e do mar. Sem nenhuma forma de infraestrutura, em 1741, a capitania de Ilhéus chegou ao extremo a ser a única capitania brasileira que não possuía um açougue (3).

Em 1801 Capistrano de Abreu acha a vila de Ilheus pouco diferente daquela de 1601, sua indústria mais importante sendo a extração de madeira (4). A mesma vila, que, nessa época, era a povoação mais importante da capitania de São Jorge dos Ilheus, é visitado por Avé-Lallemant em 1859 quando faz o seguinte comentário:

(2). — GARCEZ (Angelina Nobre Rolim) e FREITAS (Antônio Fernando Guerreiro), *Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira*. História Econômica e Social da Região Cacaueira. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira — CEPLAC; Universidade Católica do Salvador — UCS. Bahia 1974. O autor agradece a permissão dos Professores Garcez e Freitas, de utilizar a versão preliminar desse estudo.

(3). — CAMPOS (Silva), *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilheus*. Bahia. Imprensa Vitória, 1947, p. 166, 188.

(4). — *Ibidem.*, p. 212.

“... a vila de Ilheus, velha, pequena, mesquinha, vista de fora, é quase ainda mais mesquinha por dentro... não se pode compreender como uma povoação, que já existe há 300 anos, tenha feito tão pouco progresso” (5).

No presente estudo, todavia, a abordagem do aspecto “estagnação” dessa região tem como finalidade demonstrar como essa característica era um fato primordial nos acontecimentos que atingiram a Região Cacaueira na segunda metade do século XIX (6).

* * *

3. — ROMPIMENTO BRUSCO DA ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA.

Dois fatores principais explicam a mudança espetacular que ocorre na Região Cacaueira na segunda metade do século XIX: o aumento vertiginoso da procura do cacau no exterior e as crises nordestinas de 1846, 1855, 1873 e 1877-80 (7). É nessas circunstâncias que essa região estagnada fornece uma inicial resposta positiva aos migrantes nordestinos, mas num prazo mais longo, seria criado um quadro mais sombrio para essas hordas de homens procurando sua sobrevivência. Pois, durante o decorrer do século XIX, milhares de migrantes penetrarão a floresta para fazerem suas roças, inicialmente combinando uma agricultura de subsistência com o plantio de cacau, e nessa maneira, segundo o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio da época, criando uma riqueza sem capital (8).

(5). — AVÉ-LALLEMANT (Robert), *Viagem pelo norte do Brasil no ano de 1859*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, MEC. 1961. Volume I, p. 70.

(6). — O botânico franco-suíço, Frédéric Louis Warneux trouxe em 1746 as primeiras mudas aproveitáveis para o sul da Bahia. SELIGSOHN (Otto), *Cacau da Bahia, História e problemática*. Salvador. Livraria Econômica, Edição IPESA. s.d., p. 15.

(7). — *Ibidem.*, p. 21-22: PRADO JÚNIOR (Caio), *História Econômica do Brasil*. Nona edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1965, p. 248; SEMENZATO (Geraldo), *Um Município da Zona Cacaueira — Aspectos da sua situação agrária*. Salvador. Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, s.d., p. 5.

(8). — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, DIRETORIA DO SERVIÇO DA INSPECÇÃO E FOMENTO AGRÍCOLA — *Aspectos da Economia Rural Brasileira*. Rio de Janeiro. 1922. (Contribuição do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola para a comemoração do Centenário da Independência do Brasil), p. 447-448.

Se por um lado a região oferecia uma resposta aos migrantes do Nordeste, também em pouco tempo os reflexos da livre concorrência, iniciativa privada juntamente com virtualmente nenhuma intervenção governamental, começaram a se revelar. Pois as pequenas roças

“iniciadas pelo esforço rude de humildes roceiros, passavam a constituir o núcleo das grandes propriedades futuras, para cuja organização se movimentam sobretudo os intermediários na colocação do produto” (9).

Uma coisa era fixar-se na terra, outra era fazer com que a tardia colheita (três a cinco anos de espera) rendesse lucro para os lavradores que se localizavam longe dos pontos de exportação e faltavam todo tipo de experiência em negociar os seus produtos. Sem tradição no plantio do cacau, desconhecendo os preços internacionais correntes, angustiados por falta de recursos financeiros, os pequenos lavradores da época inicial do processo de implantação da cultura do cacau eram vítimas fáceis do grande intermediário, uma

“mescla de comerciantes, fornecedor de mercadorias de consumo, financiador e conseqüente herdeiro prospectivo da roça do pequeno lavrador” (10).

Camillo Torrend observou em 1920 que os pequenos lavradores ainda achavam que qualquer terreno no interior da zona de Ilheus servia para a cultura do cacau e alertava que desde 1900 as condições naturais tinham mudado: com o desaparecimento dos matos tinha desaparecida a umidade necessária para o cacauero ((1).

Torrend escreveu que plantações de apenas 14 a 16 anos já tinham sinais evidentes de senilidade devido ao esgotamento da terra e às numerosas feridas produzidas na casca por descuido e inexperiência dos trabalhadores (12). Foi uma cultura rotineira iniciada sem nenhu-

(9). — TOSTA FILHO (Ignácio), *Plano de Ação Econômica para o Estado da Bahia*. Secção B do Volume II. Bahia. Instituto de Cacau da Bahia. 1948, p. B — 24-25; INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA BAHIA, *A Zona Cacaueira*. Salvador. Livraria Progresso Editor, s.d., p. 190-191.

(10). — TOSTA FILHO, *op. cit.*

(11). — TORREND, S.J. (Camillo), *A Cultura do Cacau*. Separata da *Revista Brotéria* (Série de Vulgarização Científica). Braga. (XVI, XVII): 278, 1920.

(12). — *Ibidem.*, p. 2.

ma possibilidade de favorecer uma seletividade genética que resultou numa exploração que crescia desordenada e indiscriminadamente (13).

É lógico concluir que não foi apenas o pequeno lavrador que cometeu os erros acima mencionados, mas que sua absoluta falta de recursos e localização precária fariam com que esses efeitos negativos pesassem mais na sua situação econômica particular.

Torrend comenta no mesmo estudo que só aquele agricultor que contribua com muito trabalho, indústria e conhecimento científico prosperará no futuro, pois que não bastava entregar as plantações à empregados rotineiros e ignaros dos princípios elementares da agricultura (14). Como resultado, os pequenos lavradores foram obrigados a resignarem-se com sua situação precária, isto é, uma pequena roça com poucas possibilidades de progresso, nem agrônômica nem economicamente.

* *
*

4. — OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS NUMA REGIÃO DE CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS.

Na medida que a cultura do cacau entrava em expansão, as características geográficas foram se revelando como sendo de uma importância primordial para a futura distribuição fundiária da Região Cacaueira. Devido ao fato de que a cultura do cacau é muito exigente em termos de temperatura, pluviosidade, necessidade de sombreamento, altitude e condições de solo, a faixa geográfica em que se desenvolvia no sul do Estado da Bahia era muito restrita (15). Essa faixa engloba uma área de aproximadamente 175 Km, do norte ao sul, estendendo-se 75 Km do litoral, a maior concentração de cacau situando-se praticamente num raio de 50 a 60 Km da cidade de Itabuna (16). Como resultado, entre os anos 1920/21 e 1939/40 praticamente todos os melhores solos, e mesmo nas zonas marginais, já foram planta-

(13). — ELLIS (Waldemar), *Temperaturas como Fator-Limitante da Podridão Parda do Fruto do Cacaueiro*. Instituto de Cacau da Bahia, Departamento Técnico Agrícola, Boletim Técnico. 1952., p. 3-4. SEMENZATO, *op. cit.*, p. 7.

(14). — TORREND, *op. cit.*, p. 278.

(15). — I. B. G. E., CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO, *Brasil, Censo Agrícola*. Série Nacional, Volume II. Ano de 1949. Rio de Janeiro. 1956, p. 229; SILVA (Luiz Ferreira da), *Recursos Naturais da Zona Fisiográfica Cacaueira. Introdução à Região Cacaueira da Bahia Brasil*. Volume I. CEPLAC. 1970, p. 28. (Seminário de Desenvolvimento Regional Integrado).

(16). — *Ibidem.*, p. 5.

dos, com os problemas mencionados por Torrend em 1920 se agravando: decadência das plantações das primeiras e segundas décadas do século atual; material botânico sem seletividade e em terras pouco apropriadas; pouca resistência às pragas e ao clima (17).

Mesmo com todos esses aspectos limitantes, a produção de cacau subiu bruscamente no século XX, passando de 24.000 toneladas longas de 1900/01 — 1909/10 a 151.000 toneladas longas de 1950/51 a 1959/60 (18), e a Região Cacaueira se firmou como produtor principal brasileiro, sendo que 96% da produção brasileira veio dessa região nos anos 1928 a 1948 (19). Com o aumento da procura e o domínio da cultura cacaueira nessa região, as terras se valorizavam, um hectare de terra devoluta chegando a valer 400\$000 a 500\$000 em 1922 quando outras devolutas no Estado da Bahia não alcançavam mais de 3\$000 (20).

O pequeon lavrador, embora sempre chegasse a compor a maior parte da população agrícola, sofria pressões dos dois lados: dos fatores limitantes naturais e dos fatores econômicos. Além dos problemas de clima e solo, que gradativamente limitariam as suas opções em termos de movimentação, o antigo migrante e seus descendentes sofriam as devastações dos aspectos creditícios e comerciais.

Em termos agrícolas, o Eng.º Agrônomo Joaquim Bahiana já escreveu sobre uma grande moléstia que assolava a região em 1902, comentando que o tempo de recompensa era demasiadamente longo para o pequeno lavrador que lutava com dificuldade inerentes à natureza dos trópicos e à da sociedade embrião (21). Já em 1920 achou que sem sociedades cooperativas, os pequenos lavradores não podiam resolver a crise que os atacou (22). A qualidade do cacau brasileiro

(17). — *Ibidem.*, COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLÍTICA DO CACAU, *Relatório*, 1966. s. 1. s.d., p. 178; GUIA TURÍSTICO DO CACAU (*TOURIST GUIDE OF BRAZILIAN COCOA ZONE*). Itabuna. Editora Panorama Ltda., 1964, p. 206-207; ERNEHOLM (Ivar), *Cocoa Production of South America, Historical Development and Geographical Distribution*. Gothenburg, Sweden. 1948, p. 165.

(18). — COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLÍTICA DO CACAU, *op. cit.*, p. 1.

(19). — TOSTA FILHO, *op. cit.*, p. B-22.

(20). — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ... FOMENTO AGRÍCOLA, *op. cit.*, p. 475; Semenzato menciona que em 1930 um hectare de mata alcançou um preço de 660\$000 a 1.100\$000 no sul da Bahia. SEMENZATO, *op. cit.*, p. 8.

(21). — BAHIANA (Joaquim), *Relatório Apresentado pelo Engenheiro Joaquim Bahiana Ao Exmo. Sr. Dr. Secretário da Agricultura, Viação, Indústria e Obras Públicas*. Bahia. Imprensa Oficial do Estado. 1920., p. 11, 16-17.

produzido em 1922 fora tão ruim que era cotado duas vezes abaixo do produto de outras procedências, e até o próprio Estado de São Paulo importava 50% das amendoas de cacau do exterior (22). Se esse quadro negativo era geral para todos os agricultores da época, era justamente o pequeno lavrador que sofria mais, pois dependia quase unicamente da cotação para sua sobrevivência.

Em termos *creditícios*, o próprio Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio admitiu em 1925 que o crédito agrícola tinha sido vacilante e não incentivava a lavoura, referindo aos “vexatórios empréstimos” e “juros criminosos” que colocavam o lavrador indefeso nas mãos do prestamista sem escrúpulos (24). O Instituto de Cacau do Brasil também não poupava palavras quando declarou que os grandes e médios conseguiam crédito porque tinham suas propriedades devidamente regularizadas quanto a títulos de domínio e outros papéis indispensáveis à efetivação imediata de uma transação hipotecária, enquanto os pequenos lavradores de 100 a 300 arrobas não possuíam títulos líquidos e eram apenas posseiros transitórios (25).

Na comercialização do cacau as dificuldades eram do mesmo gênero, com os compradores dominando totalmente a situação, fornecendo crédito de 36 a 60% ao ano e impondo reduções arbitrárias aos preços. Tosta Filho comenta que antes de 1930

“não havia coisa alguma que se aproximasse crédito rural, e o financiamento da lavoura nas entre-safras era de feito mediante ruinosas vendas antecipadas do cacau em flor, por preços ainda mais depreciados do que no decurso da safra”.

E pergunta:

“Que é que se pode fazer de pronto para atender esses homens sacrificados? Não há que se possa fazer numa zona tradicional como esta de um momento para outro” (26).

(22). — *Ibidem.*, p. 16-17.

(23). — BONDAR (Gregório), *Variedades Cultivadas de Cacau e Preços Baixos do Nosso Productu*. Bahia. Imprensa Official do Estado. 1922.

(24). — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, SERVIÇO DE INFORMAÇÕES, *A Lavoura e o Commercio de Cacau*. Rio de Janeiro. 1925, p. 15.

(25). — INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA, *Relatório e Anuário de 1932*. Bahia. 1933, p. 74.

(26). — TOSTA FILHO, *op. cit.*, p. B-31; TOSTA FILHO (Ignácio), *Problemas Fundamentais do Lavrador de Cacau*. Bahia, 1919, p. 23-24.

O pequeno lavrador era obrigado a lidar com os intermediários, pois existiam grandes dificuldades em transportar o cacau por tropas de animais e o produto final não tinha garantia nenhuma de sua integridade no processo de transporte (27).

De um modo geral, todos esses obstáculos exerciam o papel de manter o pequeno agricultor numa dependência financeira, o resultado sendo que raramente era possível acumular o capital suficiente como reserva para o futuro. A sua situação precária se revelava com clareza durante as muitas crises cíclicas que Tosta Filho comenta. Era nessas horas que os pequenos lavradores desapareceram como produtores independentes, absorvidos por vizinhos com maiores recursos de capital (28). Ou quando apareceram os resultados negativos de uma agricultura rotineira e não-científica — as pragas, erosões, a decadência — de que falou Torrend e Joaquim Bahiana (29). Ainda em 1954 Urquhart menciona que a temida podridão parda frequentemente responsável pela destruição de 18 a 25% da produção total, enquanto algumas propriedades perdiam quase a metade da sua produção (30). Nesse ponto, é esclarecedor observar que a solução encontrada para essa doença — o controle químico — é econômico somente em áreas de elevada produtividade (31).

Embora o presente estudo se preocupe principalmente com a primeira metade do século XX na sua tentativa de explicar a situação atual na Região Cacaueira, é interessante notar que a literatura recente continua a comentar os problemas acima mencionados. Em cerca de 1960 o Instituto de Economia e Finanças da Bahia, no seu trabalho *A Zona Cacaueira*, comenta as dificuldades de concessão de crédito aos pequenos produtores devido aos problemas burocráticos e ao fato de que muitas propriedades serem demasiada pequenas para permitir uma formação de poupança dentro das unidades agrícolas (32).

(27). — TOSTA FILHO (Ignácio), *Plano de Ação para o Estado da Bahia*, *op. cit.*, p. B-30; *DOCUMENTARY MATERIAL ON COCOA FOR THE USE OF THE SPECIAL COMMITTEE ON COCOA OF THE INTER-AMERICAN SOCIAL AND ECONOMIC COUNCIL*. Part. I. Washington, D.C., Pan American Union. 1947, p. 28-30; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ... SERVIÇO DE INFORMAÇÕES, *A Lavoura e o Comércio de Cacau*, *op. cit.*, p. 16-18.

(28). — TOSTA FILHO, *Plano de Ação para o Estado da Bahia*, *op. cit.*, p. B-38-39

(29). — *Ibidem*.

(30). — URQUHART (D. H.) e WOOD (G.A.R.), *Report on a Visit to the Cocoa Zone of Bahia, Brazil*. Bournville. Cadbury Brother's Ltd. 1954, p. 18.

(31). — ANDRADE (Maria Palma), *Itabuna. Estudo Monográfico*. Itabuna. 1971, p. 33.

(32). — INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS DA BAHIA, *op. cit.*, p. 14.

Odette Rosa da Silva observa em 1970 que a agiotagem econômica provoca a ruína do pequeno lavrador (33). E, em junho do corrente ano, o Eng.^o Agrônomo Landim da CEPLAC conclui no seu estudo sobre a Cooperativa Mista do município de Una que o projeto de Colonização, criado há 22 anos, registrou até hoje quase nenhum melhoramento devido à falta de crédito. Iniciado com 198 colonos, com cada família recebendo em média 30 hectares, a maioria dos colonos não tem títulos de propriedade e são obrigados a trabalhar para terceiros, sendo, dessa maneira, impedidos de explorar plenamente suas próprias terras (34).

* * *

5. — *OBSTÁCULOS QUE ESCAPAM AO CONTROLE BRASILEIRO.*

De um modo geral, todos os obstáculos detalhados até agora nesse estudo, são teoricamente passíveis de soluções internas, embora na prática para a maioria dos lavradores da Região Cacaueira, o ponto em questão não tem sido relevante. Em 1935 o Instituto de Cacau do Brasil refere-se ao fato de que o produto de cacau é um artigo de luxo quase totalmente sujeito à política cambial e protecionista dos países consumidores e aos movimentos bolsistas de grandes especuladores internacionais. Trata-se de um produto cujo consumo pode crescer ou decrescer de mês para mês, e que enfrenta problemas de tal ordem que suas soluções escapam à própria natureza agro-técnica (35). Tosta Filho revelou em 1939 que 98% da produção brasileira foi para o exterior, pois o consumo brasileiro sempre era baixo, mesmo nos anos mais recentes, atingindo em 1969 apenas 300 gramas *per capita* quando a média nos países consumidores é de quase 2.000 gramas *per capita* (36).

Um outro problema bem conhecido entre os especialistas da Região Cacaueira, é mencionado porque coloca em relevo o caráter da estrutura econômica da região sul da Bahia. Trata-se da concorrência dos países produtores da África e suas estruturas históricas e sócio-eco-

(33). — SILVA (Odette Rosa de), *Produtores de Cacau da Bahia: Caracterização Sócio-Econômico*. São Paulo. Tese de Mestrado. F. F. C. L., Universidade de São Paulo. 1970, p. 9.

(34). — Landim comenta que aqueles colonos que conseguiram crédito rural foram beneficiados pelo governo japonês. LANDIM (Alfredo Dantas), *Considerações sobre a Cooperativa Mista de Una Resp. Ltda.* Itabuna. CEPLAC. (Trabalho não publicado).

(35). — RELATÓRIO DO INSTITUTO DO CACAU DA BAHIA (1935). Bahia. Oficinas da Livraria Duas Américas. 1938, p. 8; SEMENZA-TO, *op. cit.*, p. 9.

(36). — BARROCO (Hélio Estrela), *Comercialização de Cacau na Bahia. Introdução à Região Cacaueira da Bahia, op. cit.*, Volume III, p. 14.

nômicas. Representando apenas 03,5% da produção mundial em 1880, a produção africana chegou a compor quase 70% da produção mundial entre 1930 e 1937 e atualmente quatro dos primeiros cinco países produtores do mundo são africanos (37). O Eng.^o Joaquim Bahiana já destacou em 1920 os contrastes marcantes entre os quadros brasileiros e africanos quando observou que o padrão de vida do africano era outro, o transporte aos países consumidores mais rápido e mais barato com os mercados mais próximos, os instrumentos e máquinas de origem inglesa eram mais aperfeiçoadas e que já existiam estudos meticulosos sobre os climas das terras, o melhoramento do sistema de culturas, suas variedades e dos adubos mais eficientes (38).

Mas o que talvez seja mais importante nesse aspecto é a análise comparativa do quadro humano e geográfico do Brasil e África, pois nesse ponto não apenas se vê um dos enfoques dos múltiplos problemas que pesam sobre o pequeno cacuicultor brasileiro, mas também a sobrevivência do pequeno lavrador africano (39). Dois fatores se distinguem frontalmente com a situação brasileira: mão-de-obra e terra em abundância, o primeiro se destacando mais ainda porque é indígena da região cacaueteira africana, de um padrão de vida tradicionalmente muito simples onde muitas dezenas de milhares de pequenas roças representam o meio de vida da maior parte dessas populações africanas. Cinco hectares é geralmente considerado uma propriedade grande na África. A própria estrutura cultural e política da economia cacaueteira africana permite que o cumprimento das instruções governamentais seja um reflexo natural do quadro existente (40).

*

* * *

6. — A POSIÇÃO DAS AUTORIDADES PÚBLICAS.

Os problemas sociais gerados pelos fatos analisados até esse ponto nesse estudo são mais conhecidos através das obras do Jorge Amado, pois a literatura técnica e oficial faz poucas referências à estes reflexos sociais. Tosta Filho, todavia, faz menção que na época da I Grande Guerra foi efetivada uma verdadeira limpeza das hordas de “fascínoras e criminosos” que tornava precária as condições de segurança do in-

(37). — TOSTA FILHO (Ignácio), *The Cocoa Situation in Bahia (Brazil)*: Paper Presented to the 1953 Cocoa Conference. Bahia. 1953; BOLETIM ESTATÍSTICO DO CACAU. CEPLAC, *Assessoria de Programação e Avaliação, Assessoria Estatística*. Volume 6, Nº 2. 1973, p. 16.

(38). — BAHIANA, *op. cit.*, p. 15.

(39). — Sugere-se um estudo comparativo mais profundo das regiões cacaueteiras africanas e brasileiras.

(40). — SELIGSOHN, *op. cit.*, p. 35; TOSTA FILHO, *Plano de Ação para o Estado da Bahia, op. cit.*, p. B-14; TOSTA FILHO, *The Cocoa Situation in Bahia (Brazil), op. cit.*

terior (41). O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio no seu livro comemorativo do Centenário da Independência do Brasil observou que os

“desocupados crescem em números e a miséria aumenta sem que as autoridades competentes tomem a mais salutar das providências, rumando-os para o campo” (42).

O Instituto de Cacao da Bahia comenta que em 1932 que poucas fazendas preferiam o trabalhador casado permanente e de que os trabalhadores não participavam nas perdas e nos lucros como era o caso na lavoura cafeeira (43). Um documento de pesquisa produzida pela *Pan American Union*, sediada em Washington, D.C., notou em 1947 que o aparecimento de clubes, de cunho comunista, e que o melhoramento dos meios de comunicação estavam contribuindo para insatisfação dos trabalhadores porque permitiam que trocassem idéias e como resultado, migrassem (44).

Chega-se a conclusão que as autoridades públicas, durante a ocupação dos espaços rurais da Região Cacaueira, inicialmente eram indiferentes aos problemas, e com o decorrer das décadas, iniciam tentativas modestas que implicitamente reconheciam a situação sócio-econômica de difícil solução imediata ou mesmo no futuro distante. Avé-Lallemant, na sua viagem à Bahia em 1859, comenta que o Presidente da Província, Pais Barreto, acusava a instabilidade dos Presidentes da Província, que eram mudados quase a todo momento de maneira que não tinham tempo para inspeccionar sua província, para não falar em tomar medidas enérgicas (45).

Lavigne, no *Regionalismo, O Sul do Estado e O Instituto de Cacao*, observa que só depois de 1930 é que as autoridades públicas começaram a ouvir o clamor da região e que o lavrador assistia até então a expropriação substancial das suas propriedades pela ação vexativa de particulares,

(41). — TOSTA FILHO, *Plano de Ação para o Estado da Bahia*, *op. cit.*, B-28.

(42). — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ... FOMENTO AGRÍCOLA, *Aspectos da Economia Rural Brasileira*, *op. cit.*, p. 448

(43). — INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA, *Relatório e Anuário de 1932*. Bahia. 1933, p. 16. A situação na Região Cacaueira modificou-se nos últimos anos devido à escassez da mão-de-obra e atualmente a procura é para trabalhadores casados.

(44). — *DOCUMENTARY MATERIAL ON COCOA ... ECONOMIC COUNCIL*, *op. cit.*, p. 27.

(45). — AVÉ-LALLEMANT, *op. cit.*, p. 69.

“sob a garantia do chamado Poder Público” (46).

Comparou a região à uma colônia dentro do Estado, que em 30 anos, fornecia mais de 400.000 contos aos cofres estaduais, do qual nem 10% tinha sido aplicado em obras públicas, mas que mesmo assim a região tinha sofrido um crescimento

“contra a apatia dos governos bahianos” (47).

Palavras semelhantes às de Eunápio Peltier de Queiroz, quando declarou que a cidade de Ilheus se consolidou apesar da indiferença e da incompreensão dos poderes públicos (48).

A ação das autoridades públicas geralmente tendia para preocupações verbais com planos de atender os pequenos lavradores um dia no futuro, embora o Eng.^o Joaquim Bahiana, em 1920, considerasse o pequeno agricultor brasileiro movediço, inconstante e ignorante dos processos da cultura cacauera e sugeriu famílias de imigrantes italianos e portugueses como maneira de dar exemplo para os nômades brasileiros (49).

Por outro lado, provavelmente se baseando na experiência africana, Tosta Filho achava que para o maior número de pequenos produtores o melhor seria a riqueza agrícola da região e comentou no relatório do Instituto de Cacau da Bahia que precisava providenciar instalações em conjunto, numa base cooperativista (50). Criticou o próprio Instituto de Cacau do Brasil por não se preocupar com o pequeno produtor, lembrando que essa preocupação teria que ser gradativa, mas que uma boa obra coletiva poderia ser desenvolvida depois de ter resolvidos os problemas dos médios e dos grandes,

“mais facilmente abordáveis e mais seguramente servidos” (51)

O Instituto de Cacau do Brasil no seu relatório de 1936 reconheceu a necessidade do crédito agrícola em bases uniformes que permitia condições mais favoráveis para o

(46). — LAVIGNE (Eusínio), *Regionalismo. O sul do Estado e o Instituto de Cacau*. s.1. 1938, p. 4.

(47). — *Ibidem.*, p. 3-5.

(48). — QUEIROZ (Eunápio Peltier de), *Problemas Econômicos de Ilheus no Plano da Administração Federal*. Departamento de Imprensa Nacional. 1950. p. 9.

(49). — BAHIANA, *op. cit.*, p. 19.

(50). — TOSTA FILHO, *Plano de Ação para o Estado da Bahia, op. cit.*, p. B-39-40.

(51). — *Ibidem.*, p. B-37-38.

“lavrador desprotegido e modesto, muito mais necessitado de que o produtor abastado e independente” (52).

* * *

*

7. — *DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO.*

Na medida que a procura, volume e preços de cacau aumentavam, essa cultura tornou-se predominante na agricultura da região, ocupando todas as atenções dos agricultores e como resultado forçando a importação de todos os produtos necessários para a sua subsistência, contribuindo nessa maneira para a carestia de vida e a elevação dos salários (53). Mesmo numa data tão recente como a de 1966, a Comissão de Estudos da Política de Cacau comenta que a região produtora de cacau importa todos os bens de consumo, inclusive bens de primeira necessidade. Considera a Região Cacaueira com ótimas condições ecológicas para outras culturas, definindo a diversificação como medida de necessidade imperiosa (54). Mesmo em 1972 Andrade frisa que a produção itabunense de alimentícios é de apenas 02,8% da produção agrícola total, os outros 97,2% sendo de cacau (55).

De uma maneira indireta, o sistema de monocultura na Região Cacaueira tem sido no decorrer do século XX mais um obstáculo para o pequeno lavrador, pois a compra das suas necessidades alimentícias encarecem seus custos de vida e a agricultura paralela de subsistência o ocupa numa atividade que indiretamente diminui seus possíveis lucros na hora da colheita, de não falar dos reflexos negativos mais gerais que pesam sobre uma região dependente para quase todas as suas necessidades reais e virtuais em outras áreas do Brasil.

Numa época quando os termos “dependência” e “desenvolvimento” não eram assuntos do momento, destacou-se a obra desenvolvida pela Estação Geral de Experimentação da Água Preta (56). Iniciada em 1918, teve a finalidade de ser uma propriedade agrícola modelar, onde o lavrador poderia ver soluções para todas suas necessidades.

(52). — INSTITUTO DE CACAU DA BAHIA, *Relatório do Instituto de Cacau da Bahia*, 1936. Bahia. Oficina da Livraria “Duas Américas”. 1936. p. 16.

(53). — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ... FOMENTO AGRÍCOLA, *Aspectos da Economia Rural Brasileira*, *op. cit.*, p. 448.

(54). — COMISSÃO DE ESTUDOS DA POLÍTICA DO CACAU, *op. cit.*, p. 178.

(55). — ANDRADE, *op. cit.*, p. 25.

(56). — O local antigamente chamado Água Preta é hoje a cidade de Uruçua, localizado aproximadamente a 40 km da cidade de Ilheus.

Funcionava precariamente durante a década de 1920-30, mas mesmo assim, reconhecia que seu objetivo era fomentar o desenvolvimento de outras culturas e indústrias que concorreriam para uma boa organização da economia rural regional e evitar os males da monocultura. Já nessa década sua receita principal, provinha, além do cacau, das vendas dos enxertos de citrus a serem utilizados para o desenvolvimento da policultura local (57).

Cedido ao Instituto do Cacau do Brasil pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em 1932, foram reafirmados seus propósitos no seu relatório do mesmo ano, objetivando que a policultura era uma necessidade para a região, pois não existia dinheiro para importar produtos alimentícios caros. A grande qualidade desse propósito era que a Estação Geral de Experimentação chegou a ser efetivado e um trabalho sério foi desenvolvido por vários anos. O já mencionado relatório destaca em detalhes os tipos de atividades desenvolvidas: a cultura de citrus (seis tipos de laranjas com mais de mil pés; cinco tipos de *grape fruit*; oito tipos de limoeiro; limeira, cidreira, tangerina, *kumquat*, limoeiro japonês); viveiros de outras culturas, tais como eucalipto, bananeira, mamoeiro, ata de lima, graviola; pequenas culturas, incluindo milho, sorgo, aracéas, mandioca, aipim, batata doce, cana de açúcar, soja, favas e jutas; culturas arbóreas e permanentes, incluindo cafeeiro, pimenta do reino, guaraná, cravo da Índia, frutapão, coqueiro da Bahia, abacaxiseiro, pinheira; horticultura (Couve-flor, repolho, couve, alface, aipo, agrião d'água, coentro, rabanete, cenoura, beterraba, beringela, tomate, pimenta, pimentão, quiabo, abobora, pepino, feijão, morango e alho cebola); plantas têxteis e oleaginosas; plantas forrageiras, ornamentais e de cobertura do solo; criação de animais domésticos, apicultura e sericicultura (58).

* *

*

8. — INOVAÇÕES E MUDANÇAS TECNOLÓGICAS.

Embora a inovação tecnológica seja um favor bem mais recente na História da Região Cacaueira, já havia preocupação nesse sentido desde dos primeiros anos do presente século. Como Odette Rosa da Silva afirma, a ciência pode ajudar pouco a cacuicultura de 1900 a

(57). — BONDAR (Gregório), *História da Estação e Obras de Adaptação Realizadas pelo Instituto de Cacau por Gregório Bondar*, Chefe do Dept^o Técnico Agrícola, Instituto do Cacau do Brasil SA, Dept^o Técnico Agrícola, Boletim Técnico, Estação Geral de Experimentação de Cacau em Água Preta, Parte I. (Manuscrito entregue ao ICB em 24 de maio de 1937).

(58). — I.C.B., *Relatório e Anuário de 1932*, op. cit., p. 98-106.

1930, depois do qual a química, bioquímica e virologia juntamente com outras áreas de pesquisa começaram a revelar sua utilidade para contornar os muitos problemas do cacucultor (59). Mesmo assim os relatórios do Torrend e Joaquim Bahiana são exemplos de uma preocupação com o conhecimento científico aplicado à agricultura. Torrend advertiu que somente o fazendeiro com conhecimentos científicos prosperaria depois de 1920 enquanto Bahiana sugeriu a passagem de uma cultura esgotante aos recursos naturais para uma cultura compensadora seguindo os melhores métodos que a ciência aconselhava (60). Parece que uma das áreas principais de inovação tecnológica na década de 1920-30 era a procura de uma estufa de secagem idônea que eliminará eficientemente o tradicional “cheiro de fumaça” do cacau brasileiro (61).

Se bem que as inovações tecnológicas foram poucas antes de 1930, é com o aparecimento do Instituto do Cacau do Brasil inicialmente, e principalmente com a criação da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira que as inovações e mudanças tecnológicas começaram a realmente ter peso no controle dos fatores negativos e no aumento da produtividade da cacucultura (62). As principais áreas de investigação científica com implicações significantes para a cacucultura são as seguintes: melhoria qualitativa do solo através de adubação; fertilização e calagem; novos métodos de cultura; emprego de material botânico de alta produtividade; combate às pragas; melhores técnicas do trato cultural das plantações; fermentação e secagem; uso de implementos agrícolas e instalações técnicas mais aperfeiçoados (62).

Se por um lado reconhece-se a necessidade da inovação e mudança tecnológica como resultado da pesquisa científica, (pois a acirrada concorrência mundial exige cada vez mais uma qualidade de ca-

(59). — SILVA (Odette Rosa da), *op. cit.*, p. 149.

(60). — TORREND, *op. cit.*, p. 278; BAHIANA, *op. cit.*, p. 14.

(61). — MINISTÉRIO DA AGRICULTURA ... SERVIÇO DE INFORMAÇÕES, *A lavoura e o Comércio, op. cit.*, p. 12; BAHIANA, *op. cit.*, p. 7.

(62). — “A CEPLAC é uma das maiores organizações do mundo devotada à assistência técnica e financeira aos produtores do cacau. No Brasil, é a primeira organização de desenvolvimento que trabalha simultaneamente e de forma integrada em pesquisas agrônômicas, extensão rural, crédito agrícola, abastecimento de insumos modernos, formação de mão-de-obra especializadas, além de contribuir para algumas obras de infraestrutura relacionadas ao desenvolvimento agrícola”.

CACAU, HISTÓRIA E EVOLUÇÃO NO BRASIL E NO MUNDO. CEPLAC. Superintendência Regional, Assessoria Regional de Relações Públicas. Km 26 da Rodovia Ilheus-Itabuna, Bahia. 1972.

(63). — SELIGSOHN, *op. cit.*, p. 35; ANDRADE, *op. cit.*, p. 33.

cau altamente refinado), também tem que ser reconhecido que dentro da estrutura sócio-econômica que rege a Região Cacaueira, apenas o cacauicultor com recursos suficientes pode adotar as inovações. Pois como Semenzato e Silva afirmam, a inovação técnica custa caro e depende quase exclusivamente das possibilidades financeiras do cacauicultor (64).

Tudo indica que esse novo fator no processo histórico da cacauicultura do sul da Bahia seja de grande peso na distribuição fundiária atual e futura, pois com os planos oficiais para um contínuo aumento da produção cacaueira juntamente com a exigência internacional de qualidade, o fator tecnológico parece de grande relevo numa área limitada climática e geograficamente. É recente a confirmação que uma boa qualidade de cacau pode ser cultivada atualmente em terras até recentemente consideradas inferiores, se recursos suficientes da tecnologia moderna sejam aplicados aos casos em questão (65). Tais afirmações, se por um lado, abrem perspectivas não vistas até agora para a cacauicultura, também referem-se apenas ao cacauicultor com recursos financeiros suficientemente amplos para enfrentar esse novo quadro.

* *

*

9. — CONCLUSÃO.

O presente estudo tem a finalidade de examinar os vários fatores relacionados com a distribuição fundiária da Região Cacaueira sul-bahiana durante seu processo histórico. Embora essa distribuição fundiária seja bem conhecida pelos especialistas da região em estudo, é valioso resumir os dados novamente. Já em 1947 a *Pan American Union* observou que dos 23.094 cacauicultores, menos de 1.400, ou seja, 06% da população produtora, era responsável para quase 60% da produção (66). Seligsohn, baseando-se nos dados da CEPLAC, conclui que entre 1944 e 1965 o número de cacauicultores diminuiu de 28.000 para 18.000 e infere que nos 20 municípios de maior produção na Região Cacaueira, que 15% dos produtores nos 20 municípios de maior produção representam quase 60% da produção desses

(64). — SEMENATO, *op. cit.*, p. 32; SILVA (Odete Rosa da), *op. cit.*, p. 270.

(65). — O autor deve essas informações aos técnicos da CEPLAC com quem manteve entrevistas.

(66). — *DOCUMENTARY MATERIAL ON COCOA...ECONOMIC COUNCIL*, *op. cit.*, p. 25-26.

municípios e que a menor propriedade (67), é a menor área cultivada em relação à área total da propriedade (68). Essa descoberta demonstra que há uma estreita relação entre volume de produção e quantidade de terra, inferindo que a agricultura da região ainda é atrasada, pois se apoia em quantidade de superfície de terra e não em intensidade de técnica (69). Com referência ao ponto de possuir grandes quantidades de terra, é importante salientar que na Região Cacaueira é comum um grande produtor não possuir sua terras numa superfície contínua. A fim de proteger-se contra pragas, doenças, secas, envelhecimentos e empobrecimento de solos, o produtor de recursos compra uma, duas ou mais faixas de terra em lugares diferentes, procurando nessa maneira compensar os possíveis prejuízos e manter o prestígio (70). Há, portanto, uma diferença considerável entre um pequeno produtor de cacau e um pequeno proprietário de cacau, sendo que há muitos exemplos de grandes produtores possuindo várias propriedades pequenas. Silva descobriu no seu estudo que 45,5% dos produtores entrevistados possuíam mais que uma propriedade e que os 52,5% que possuíam apenas uma propriedade eram quase exclusivamente pequenos produtores ou até burareiros (71). No mesmo estudo revela que muitos técnicos da Região Cacaueira não consideram o burareiro como sendo um cacauicultor, pois mesmo que dobre seu rendimento agrícola, ainda sua produção é considerada insignificante (72).

Seligsohn concluiu que há uma forte tendência do desaparecimento do minifúndio por se tornar economicamente insustentável, pois mesmo dentro da faixa de pequenos produtores de uma propriedade só, muitos são obrigados a trabalhar para terceiros ou tem outras atividades (73). Justamente como grandes e médios produtores são frequentemente médicos, advogados, farmacêuticos e grandes comercian-

(67). — SELIGSOHN, *op. cit.*, p. 23-24.

(68). — ALENCAR (Maria Helena), *Aspectos da Concentração da Produção de Cacau e da Estrutura Fundiária na Região Cacaueira do Estado da Bahia*. Centro de Pesquisas de Cacau, CEPEC/CEPLAC. Comunicação Técnica Nº 37. 1970, p. 3, 17.

(69). — SILVA (Odette Rosa da), *op. cit.*, p. 99.

(70). — *Ibidem.*, p. 100.

(71). — Alencar define o burareiro como sendo produtor de até 400 arrobas; o pequeno produtor de 401 a 1.500 arrobas; o médio produtor de 1.501 a 6.000 ar obas; e o grande produtor, acima de 6.001 arrobas; ALENCAR, *op. cit.*; SILVA (Odette Rosa da), *op. cit.*, p. 95.

(72). — *Ibidem.*

(73). — SELIGSOHN, *op. cit.*, p. 26; A pequena propriedade familiar é uma unidade supridora de força de trabalho mais do que de produtos agrícolas. QUEDA (Oriowaldo) e SZMRECSCINYI (Tomás), *O Papel da Educação Escolar e da Assistência Técnica. Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural. (Queda e Srmrescinyi, o ganizadores)*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1973. Capítulo 17, p. 268-289, p. 273.

tes, há uma forte tendência para a pequena propriedade e mesmo a burara a passar às mãos do pequeno comerciante e funcionário público. Embora não exista um estudo nesse sentido, conclui-se que o tradicional pequeno agricultor independente, que mora na terra, está diminuindo rapidamente na Região Cacaueira e que cada vez menos a propriedade cacaueira é uma única fonte de renda.

Quando se faz uma análise de todos os fatores apresentados nesse estudo, chega-se a conclusão que o destino do pequeno lavrador independente já estava fadado desaparecer desde o início da implantação da cultura do cacau na região sul-baiana, mas que o processo do seu desaparecimento começou a acelerar-se quando os limites climáticos e geográficos foram atingidos. Talvez seja uma conclusão um pouco arriscada afirmar que nos últimos 10 a 15 anos, esse processo já acelerado, entrou num ritmo ainda mais rápido devido às inovações e mudanças tecnológicas; às mudanças na infraestrutura da região (por exemplo, a construção da Rodovia BR-101 e o melhoramento das telecomunicações); à concorrência internacional cada vez mais exigente em termos qualitativos; e aos planos oficiais de aumentar substancialmente a produção brasileira de cacau (74).

(74). — Cogita-se nos níveis oficiais a possibilidade do Brasil ser o primeiro produtor de cacau no mundo. Essa possibilidade se deve à intensificação de pesquisas e a consequente aplicação dos resultados tecnológicos à cacuicultura juntamente com as crises climáticas que assolam os países produtores africanos.